

(discurso proferido por ocasião da inauguração da sede das unidades da AGU/Tocantins, em 18/09/2008, pelo Procurador-Chefe da União e Advogado da União André Luis Rodrigues de Souza)

Boa noite!

## A HISTÓRIA DA AGU NO ESTADO DO TOCANTINS

STEPHEN COVEY no *best-seller*: “**Os 7 hábitos das pessoas altamente eficazes**” diz que: “*as maiores oportunidades e realizações ilimitadas da Era do Profissional do conhecimento estão reservadas para aqueles que dominam a arte do ‘nós.’*” Diz ele que “*A verdadeira Grandeza será alcançada por meio da mente abundante que trabalha de maneira altruísta, com respeito mútuo, visando ao benefício mútuo.*”

Essas afirmações de STEPHEN COVEY coincidem com a História da Advocacia-Geral da União no Estado do Tocantins, desde o seu início. Não há como dissociar a eficácia da representação judicial da União com o regular e adequado funcionamento de todas as demais instituições e órgãos sob o manto da personalidade jurídica de direito público da União, nas quais estão incluídos os Ministérios da Presidência da República e respectivos órgãos, o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público Federal, a Defensoria Pública da União, os órgãos de execução da AGU e todos que sejam demandados, ou demandem na pessoa jurídica da União.

Embora as instituições e órgãos da União tenham distintos papéis, atribuições e competências descritas no Texto Constitucional, ou em leis interpretadas por atos normativos infraconstitucionais. Quando um dos órgãos, ou instituição são afetados, toda a constelação dos demais órgãos e instituições que servem a República Federativa do Brasil, nos seus distintos

papéis também são afetados e deságuam no cidadão brasileiro, enquanto destinatário último de todos os serviços e razão de existir da “máquina pública” federal.

Por exemplo, não há como se dissociar a influência do trabalho dos Advogados Públicos na efetividade e eficácia do trabalho dos magistrados. Ensina CALAMANDREI que **“não existem grandes juízes sem grandes advogados”**. Não há como se dissociar uma atuação contenciosa eficaz do Poder Público, sem um prévio serviço de assessoramento e consultoria jurídica que também sejam eficazes. Nem de um adequado funcionado do Estado Democrático de Direito sem que a Advocacia Pública seja dotada dos meios ao pleno exercício do seu papel de defesa do interesse público. “Nada é sozinho” como a muito diz o professor CALMON DE PASSOS.

Quando afirmamos que queremos uma AGU que consiga de modo eficiente realizar o papel que a Constituição lhe reserva, a repercussão é a óbvia melhoria da atividade jurisdicional. É o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e de seus Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e de todas as suas demais instituições e órgãos da República Federativa do Brasil.

Temos a plena convicção de que a situação da instituição AGU de hoje é melhor do que situação de ontem como provam a nossa História de constantes aperfeiçoamentos e a História da Procuradoria da União no Estado do Tocantins, instalada em caráter emergencial e provisório em julho de 1993, numa única sala de 6 m<sup>2</sup>, mobiliada e equipada, cedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional/Tocantins.

Somente em 1995 é que a PU/Tocantins passou a ocupar um imóvel locado para esse fim, permanecendo até novembro de 1999, quando foi transferida para todo o quarto andar do Centro Empresarial Norte, nas

proximidades da Avenida JK. Em janeiro de 2007 mudamos para o Edifício Carpe Diem, ao lado da Praça dos Girassóis. E desde o início de agosto de 2008 funcionamos nesta Sede que hoje deve ser considerada uma das melhores instalações da AGU no Brasil.

Tivemos inúmeros desafios, mas olhando a origem da PU/Tocantins e da AGU/Tocantins em 1993, quando Palmas era um canteiro de obras, todas as ruas eram de terra, não havia água encanada e tudo era ainda mais difícil. Temos que agradecer a PFN-TO por aquela pequena sala cedida, pelos servidores que apoiaram o funcionamento emergencial e provisório da representação judicial da União. Não fosse aquela mão inicial e talvez não estivéssemos reunidos aqui hoje comemorando a Sede das três unidades da AGU no Estado do Tocantins.

Nem sempre se recorda a colaboração dos membros da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional no fortalecimento da AGU. O Dr. JOÃO CARLOS SOUTO, jurista que muito honra a Advocacia-Geral da União, com inúmeros trabalhos publicados, já tendo sido o representante da carreira de Procurador da Fazenda Nacional no Conselho Superior da AGU, na semana passada em Brasília, confidenciou que do concurso de PFN de 1993, cerca de 150 procuradores foram designados para instalar e colocar em funcionamento as unidades de representação judicial da União por todo o Brasil. Ele mesmo foi quem instalou a PSU de Uberlândia e foi o primeiro Procurador-Chefe Seccional daquele órgão.

No Estado do Tocantins não foi diferente, o primeiro Procurador-Chefe da União que tivemos foi um PFN, o Dr. JOSÉ VILAÇO DA SILVA, que permaneceu de julho de 1993 a 13 de setembro de mesmo ano, quando foi sucedido pela Dra. FIDELICIA CARVALHO SILVA. Se hoje encontramos dificuldades, naquele tempo a situação era caótica e constrangedora, para não dizer desumana, não fosse à colaboração da

PFN/TO, cujos recursos eram também escassos. Mesmo assim, eles nos ajudaram e graças a eles iniciamos a nossa caminhada.

Aproveitando a presença das autoridades presentes eu quero externar essa dívida de gratidão da PU/Tocantins com a PFN/TO. Hoje uma sala de 6m<sup>2</sup> pode parecer pouco diante do espaço que conseguimos, mas em 1993, numa Capital em construção no meio do Cerrado e do calor causticante do Tocantins, com as ruas na terra, sem água encanada ou ar-condicionado, e a poeira do barro vermelha impregnando o corpo, as roupas e os calçados das pessoas, aquilo era muito.

Isso gerou conseqüências que não devem ser esquecidas, se alguém recebe um benefício tem a obrigação moral de pagá-lo e repassá-lo adiante. A primeira oportunidade que a PU/Tocantins teve de retribuir o benefício da PFN-TO foi com a implantação e instalação do Núcleo de Assessoramento Jurídico em Palmas no ano de 2005. Do mesmo modo, disponibilizamos uma sala comercial no Centro Empresarial Norte, equipamentos e a dedicação dos nossos servidores. Quando houve a ameaça de se fechar o NAJ-TO, devido a remoção de todos os advogados da União da lotação inicial do órgão de assessoramento jurídico, não permitimos que ele fosse fechado, ou ficasse sem efetividade.

A PU/Tocantins, por meio do meu antecessor, Dr. FÁBIO LUIZ, designou a melhor e mais gabaritada advogada pública e assistente jurídica disponível naquele momento, a Dra. FIDELICIA DE CARVALHO SILVA, que foi a Procuradora-Chefe da União no Tocantins por 10 anos de 1993 até 2003 e tinha, portanto, vasta experiência do serviço público e das peculiaridades dos órgãos federais em Palmas-TO.

Considerando a crônica e histórica carência de advogados públicos na PU/Tocantins, doamos o que tínhamos de melhor. Graças a ela e aos

servidores administrativos da Procuradoria, o NAJ-TO continuou a funcionar até que viessem novos advogados da União concursados para as finalidades de assessoramento e consultoria jurídica dos órgãos federais sediados em Palmas-TO.

Em 2007, a Dra. FIDELICIA CARVALHO SILVA pediu a aposentadoria, mas nos legou grandes lições de vida, de desprendimento e de dedicação a Advocacia-Geral da União, tendo deixado saudades, a todos aqueles que com ela trabalhou.

A segunda oportunidade de retribuir a dívida de gratidão com a PFN-TO foi com o projeto de instalação e implantação da Procuradoria Federal no Estado do Tocantins. Em 2006, nós éramos dos últimos Estados-membros que não possuía o órgão de representação judicial da Administração Indireta.

Então, conseguimos viabilizar o projeto da PGF com apoio não apenas formal. Dele participamos proativamente, desde a indicação do Responsável pela instalação, quando nenhum Procurador Federal queria assumir encargo, até o compartilhamento do apoio logístico de que dispúnhamos e que concretizou a instalação da PF-TO, com apenas dois Procuradores Federais e sem nenhum servidor administrativo.

Tamanha foi a participação que junto com o NAJ-TO migramos do 3º e 4º andar da antiga sede no Centro Empresarial Norte, onde estávamos relativamente bem instalados, para o 6º e 7º andar do edifício Carpe-Diem e novamente nos mudamos para esta nova Sede ampla e espaçosa, diante da impossibilidade de os espaços anteriores abrigarem o projeto de reunião de todas as Procuradorias Especializadas da PGF num único lugar, sob a égide da Procuradoria Federal local, e de atender as novas demandas que surgiram.

Qualifico a co-participação da PU/Tocantins e do NAJ/Tocantins como decisivas à concretização do projeto da PGF e da AGU de racionalização da representação judicial e assessoramento jurídico da Administração Indireta no Estado do Tocantins.

A PF-TO foi instalada em 30 de abril de 2007 mediante a Portaria/AGU nº 411, que conferiu representação conjunta com a PU/Tocantins, embora o cronograma de instalação elaborado pelo Responsável previsse um prazo de transição de apenas 4 (quatro) meses, essa representação conjunta perdurou até a Portaria/AGU nº 158, de 14 de fevereiro de 2008, a qual conferiu a Procuradoria Federal, de forma exclusiva a representação das Autarquias e Funções Públicas anteriormente representadas pela PU/Tocantins.

Quando da assunção da representação exclusiva tínhamos a certeza da plena capacidade e meios do novel órgão da AGU de assumir o encargo de representação judicial do grande número de Autarquias e Funções Públicas, que por meio do art. 11-A da MP nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, foi atribuído da noite para o dia aos órgãos de execução da PGU.

Também não se deve esquecer que às PRU's, PU's e PSU's de todo o Brasil realizaram um grande trabalho de defesa do patrimônio público das muitas entidades da Administração Indireta, que antes dessa representação judicial pelas unidades da PGU, encontravam-se indefesas, ou com as atividades do contencioso judicial desorganizadas, a exemplos das muitas Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Federais espalhadas pelo Território Nacional.

Em 2007, quando do início da transmissão dessa representação judicial a PF-TO, nenhuma entidade da Administração Indireta representada pela PU/Tocantins se encontrava indefesa, ou com prazos

judiciais vencidos. A maioria das ações assumidas pela PF-TO possuía teses de defesa elaboradas, que foram prontamente disponibilizadas.

A medida permitiu aos advogados da União então lotados na PU/Tocantins o tempo necessário a uma melhor dedicação às ações em que a União é a parte exclusiva, a exemplo das ações de execuções de acórdãos do TCU, cuja efetividade aumentou; das ações relacionadas à erradicação do trabalho escravo no Estado do Tocantins; das ações envolvendo as obras do PAC no Estado do Tocantins, a exemplo das Hidroelétricas de São Salvador e de Estreito e das hidrelétricas que já foram construídas (Lajeado e Peixe-Angical); das ações relacionadas aos órgãos federais e aos Poderes da República situados no Estado do Tocantins, dentre inúmeras outras ações relacionadas ao serviço público federal e ao patrimônio da nossa cliente principal, a União, que é a maior proprietária de bens da República, cujo orçamento anual é de cerca de 1,4 trilhões de reais por ano. Nós somos os advogados públicos desse gigante a serviço do povo brasileiro.

É interessante notar a participação e o apoio da PU/Tocantins e também do NAJ/Tocantins em quase todas as fases do projeto de reestruturação da unidade local da PGF. Se a PF-TO foi uma das últimas unidades instalada no modelo antigo no ano de 2007 será a primeira do Brasil, já em 2008, a funcionar num formato pioneiro na AGU de racionalização, economicidade, concentração e integração com tudo da PGU e da CGU num único lugar.

Isso muito nos orgulha, a PU/Tocantins também ganha, na medida em que a otimização dos meios e recursos disponíveis das atividades meios e das atividades fins permitem saltos de qualidade relacionados à cooperação criativa. Ao contrário das unidades que nascem isoladas, a PF-TO não teve que gastar suas energias na reinvenção da roda de rotinas administrativas simples como serviços de protocolo, malote, telefonia,

recepção, convênios de estagiários, serviços de informática, transportes, serviços de cálculos virtuais, e de tudo o mais que existia e funcionava bem na PU/Tocantins. O fato no início gerou um pouco de confusão entre os servidores do Poder Judiciário das Varas Federais de Palmas e entre alguns dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas, que pensavam que o Procurador-Chefe da União no Tocantins era o chefe dos Procuradores Federais.

A PU/Tocantins agiu tal a parábola do Evangelho, **na qual o grão de trigo morre para frutificar 100 (cem) vezes mais**. Morremos como unidade isolada e única referência da identidade institucional da Advocacia-Geral da União no Estado do Tocantins, mas frutificamos algo melhor e maior com a co-responsabilidade e a eficiência das unidades no que juntos criamos e estamos construindo. Todas as três unidades são co-responsáveis pelo funcionamento das estruturas comuns. Se algo não funcionar adequadamente todos serão afetados.

Quando alguma informação chega a uma das unidades e em algum momento o assunto foi tratado por outra unidade, a proximidade permite o resgatar eficiente da memória, muitas das vezes os assuntos de defesa da Administração Direta e da Administração Indireta são complementares e às experiências e expertises específicas e comuns, a exemplo das ações de execuções e medidas de defesa do patrimônio público, podem ser compartilhadas. Todos ganham e ganha o Brasil. Às vezes, fico espantado com as coisas que a sinergia entre unidades da AGU/Tocantins conseguem realizar. É algo como 1 (um) mais 2 (dois) somar 10 (dez), 20 (vinte), 30 (trinta), ou mais. O resultado é quase milagroso. Criamos novas alternativas – algo que não estava lá antes.

A Força da AGU/Tocantins está na união no sentido de cooperação criativa e criação de sinergia. Com essa idéia e com o apoio dos servidores



administrativos criamos o segundo Protocolo Central Unificado da AGU no Brasil, o primeiro está na AGU sede em Brasília, onde nos inspiramos. Nós também só temos uma Coordenação Administrativa, um Serviço de Informática, um único Núcleo de Cálculos, uma única Recepção, um único Serviço de Copa, um único fax, linhas de telefone comuns, um único Serviço de Limpeza, um único Serviço de Vigilância, uma Biblioteca e uma única Escola da AGU, que somente conseguiu se viabilizar no Tocantins com a união das unidades e uma única sede com espaço para todos e que não se realizaria se as unidades não atuassem juntas num mesmo sentido.

A Força está na união na soma do melhor de cada um. Nós nos tornamos fortes quando damos as mãos. Todas as unidades reunidas nesta Sede têm pontos fortes e pontos fracos que não necessariamente são iguais. Desse modo, a soma dos pontos fortes compensa os pontos fracos e faz o conjunto ser cada vez mais eficiente em encontrar as soluções dos desafios que surgem. Não imagino esse dia e tudo que foi organizado sem a soma do melhor da PF, do NAJ e da PU/Tocantins.

E queremos mais, sonhamos com a Sede própria. Juntos nós vamos construir essa realidade. O mais difícil que é o chão onde ela vai ficar já existe, mediante a Portaria nº 296, de 15 de agosto de 2008, a Secretária do Patrimônio da União, aceitou a doação do Governo do Estado do Tocantins de três terrenos que somam 7.097,00m<sup>2</sup> para essa finalidade nas proximidades da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do TCU, do INCRA e da Receita Federal. Queremos o apoio de Vossas Excelências e da PGFN ao projeto e nos materiais de construção da Sede própria de todos os órgãos da AGU no Estado do Tocantins.

Concluo com o seguinte trecho do discurso inaugural do Presidente GEORGE BUSH pai referido no livro do STHEPEN COVEY: *“Escolho como guia as palavras de um santo: nas coisas cruciais, unidade (...); nas coisas importantes, diversidade (...); em todas as coisas, generosidade.”*

Agradeço a Deus por esse dia e por tudo que nos tem acontecido. Agradeço aos meus pares da Advocacia-Geral da União pela compreensão dispensada e pelas soluções que juntos construímos. Agradeço aos servidores administrativos desta casa que tornaram esse dia especial possível mediante a dedicação e o zelo que têm com a Advocacia-Geral da União.

Muito obrigado!

Palmas-TO, 18 de setembro de 2008.

ANDRÉ LUÍS RODRIGUES DE SOUZA

Advogado da União

Procurador-Chefe da União em Tocantins